

O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DE BAIXO IDEB NO NORDESTE DO BRASIL

Verônica Soares Fernandes
Fundação Joaquim Nabuco
veronica.fernandes@fundaj.gov.br

Resumo: Recentes transformações mundiais demandaram mudanças na organização da educação brasileira, contribuindo para que fosse implantado pelo Ministério de Educação, o Plano de Ações Articuladas, em parceria com Estados e Municípios, destinados à correção progressiva das disparidades no padrão de qualidade do Ensino dos municípios com baixo IDEB. Dentre as dimensões do PAR, a Gestão Educacional. Na busca de identificar a participação dos modernos instrumentos de planejamento da educação no município, a pesquisa junto a 264 secretários de educação do Nordeste evidenciou uma realidade em mudança, mas com déficits ainda significativos, principalmente nos relacionados mais diretamente a escola.

Palavras-chaves: planejamento; plano de ações articuladas; secretários municipais de educação.

1 INTRODUÇÃO

Em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação que estabeleceu as metas educacionais para o decênio 2001-2010. Em 2007, foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC) o Plano de Ações Articuladas (PAR), de caráter plurianual, cujo objetivo é “contribuir para a melhoria das condições de acesso, permanência e desenvolvimento dos sistemas estaduais e municipais de educação básica” e se reporta à “ações supletivas e redistributivas destinadas à correção progressiva das disparidades no padrão de qualidade do Ensino”. Inicialmente o PAR estava previsto para ser implantado nos municípios selecionados com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2005 (1.242 municípios priorizados) e 2007 (1.412 municípios priorizados), que aderiram ao “*Compromisso Todos pela Educação*”. No entanto, em 2010, mais de 90% dos municípios brasileiros já havia sido contemplado com essa proposta, que faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). No início de 2011, 5.495 municípios haviam assinado o termo de cooperação técnica, oriundo do PAR, com a união.

A expansão do PAR a municípios não prioritários reporta a preocupação com a qualidade da educação, que, no Brasil, segundo Castro (2009), vem desde os primórdios do sistema educacional. Oliveira e Araujo, citado por Castro elenca:

...três momentos bem distintos da educação brasileira, nos quais os conceitos de qualidade despertaram o interesse das políticas educacionais e a luta dos educadores. O primeiro, diz respeito à expansão do ensino (1930-1970); o segundo é caracterizado pela ampliação quantitativa da educação (1980) e o terceiro ligado à aferição de desempenho (de 1990 até hoje) (CASTRO, 2009, p. 23-24).

Um das dimensões expressas no PAR é a gestão democrática, em que o planejamento da educação reúne alguns indicadores que contribuem para uma análise da qualidade educacional dos municípios.

Nesse contexto, a análise de políticas públicas para educação tem se constituído em prática constante, reflexo das pressões por maior efetividade no uso dos recursos públicos e maior eficácia nos serviços e programas ofertados. O PAR se distingue dos planos anteriores por vários aspectos, dentre eles: a padronização de procedimento em nível nacional, com a definição clara dos indicadores educacionais que dão visibilidade ao padrão de qualidade definido na política. Para a elaboração do plano, parte-se de um diagnóstico da realidade municipal e proposição, com definições operacionais, definindo-se as responsabilidades dos municípios, do estado, do governo federal e de outras instâncias.

A avaliação da qualidade com o uso de indicadores de desempenho, foca nos resultados, forçando municípios, estados e união a estabelecerem metas e contratos de gestão. Esse modelo de política pública traz implícita uma maior responsabilização dos serviços e uma maior cobrança social.

O investimento na melhoria da qualidade da educação foi ampliado a partir da participação do Brasil em avaliações que consideram os indicadores educacionais na qualidade de vida da população. Dentre esses indicadores, o Índice de Desenvolvimento Humano, onde o Brasil foi classificado como médio, e os desenvolvidos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/PISA).

O principal foco do Pisa são as questões de políticas públicas, buscando responder:

Até que ponto os alunos próximos do término da educação obrigatória adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para a participação efetiva na sociedade? As escolas estão preparando os alunos para enfrentarem os desafios do futuro? Quais estruturas e práticas educacionais maximizam oportunidades para alunos que vêm de contextos pouco privilegiados? Qual a influência da qualidade dos recursos das escolas nos resultados alcançados pelos alunos? (Relatório PISA).

Em 2000 o Brasil se comprometeu com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) a alcançar metas até 2015. Na área de educação, o Objetivo 2: Universalizar a educação primária, cujo principal desafio é assegurar a todos os jovens brasileiros a conclusão

do ensino fundamental traz muitos desafios para a educação. O relatório de acompanhamento (2010) destaca a participação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do IDEB no alcance da qualidade educacional e das metas traçadas pelo país.

2 Metodologia da Pesquisa

Esse estudo buscou analisar o contexto do planejamento da educação nos municípios de baixo IDEB (2005), do Nordeste do Brasil, a partir dos indicadores educacionais de planejamento definidos no PAR.

Nessa perspectiva, a Pesquisa buscou responder a perguntas como: a) Em que medida os instrumentos próprios para o planejamento da educação municipal estão sendo utilizados? Que atores estão participando desses processos? Qual o suporte técnico dado pela Secretaria Municipal de Educação à implantação das diversas formas de planejamento?

A pesquisa contou com a contribuição de 264 secretários municipais de educação que responderam a um questionário no primeiro semestre de 2010. Este artigo é um recorte de uma pesquisa de avaliação do PAR, realizada junto a atores envolvidos diretamente com o processo educacional nos municípios.

3 Perfil do público pesquisado

Para a estratificação da amostra foram utilizados dois aspectos: os estados da Federação, na Região Nordeste e a capacidade institucional dos municípios, buscando uma equitativa distribuição por porte: pequenos municípios (até 10.000 habitantes), médios (até 20.000) e grandes (acima de 20.000 habitantes).

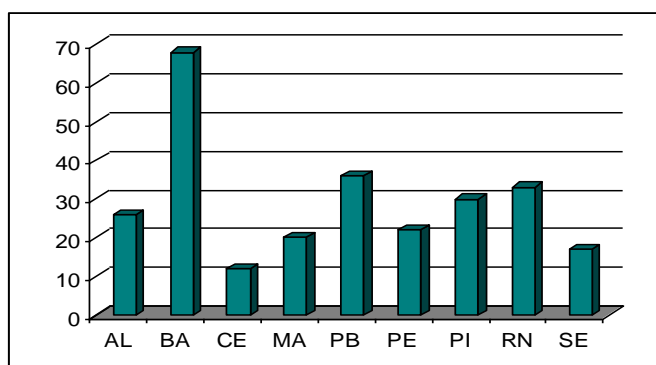


Gráfico 1 – Número de municípios da Amostra por Estado

Secretários Municipais de Educação

As entrevistadas têm em média 43 anos, com predominância na faixa etária de 31 a 50 anos (69%), sendo 70% do sexo feminino.

A maioria (52%) possui pós-graduação, destes, 94% têm especialização (*lato sensu*) e 6% entre mestrado e doutorado (*stricto sensu*). Os cursos de pós-graduação predominantes são: Gestão e Supervisão Educacional (22,6%), Psicopedagogia (15,3%), Língua Portuguesa (11%), Metodologia do Ensino (7%), Metodologia em Matemática (6%) e Planejamento Político-Pedagógico (4%).

Dos graduados (93%), a maioria fez o curso de pedagogia (35%), licenciatura em letras (22%), história (10%), geografia (7%), matemática (6%) e ciências biológicas (4%).

Com a formação apenas de nível médio (magistério, normal e técnico) existem 7% dos secretários.

4 O planejamento da educação municipal

A educação brasileira vem passando por muitas mudanças, tanto no que se refere à abrangência, quanto à qualidade do atendimento. Nenhum processo de aprimoramento real da qualidade pode existir sem a participação ativa e determinada de todos os envolvidos com a educação local.

O planejamento reúne condições concretas para que essa participação ocorra, com o envolvimento dos interessados tanto na construção como na implementação e no acompanhamento do processo educativo.

Para Padilha (2001) planejar, em sentido amplo, é um processo que

...visa a dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro", mas considerando as condições do presente, as experiências do passado, os aspectos contextuais e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e com quem se planeja (2001, p. 63).

Planejar, portanto, está dentro do processo educativo, reunindo características básicas como a superação do imprevisto, a visão das possibilidades de realizações futuras, a definição de estratégias e caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa e as formas de monitoramento e a avaliação.

O planejamento da educação no município engloba vários instrumentos e metodologias capazes de subsidiar a tomada de decisões no âmbito municipal e escolar. Essa rede construída a partir da necessidade de aprimoramento da qualidade educacional e de seus processos, parte do contexto atual, com sua realidade específica para uma proposta de intervenção com um escopo bem definido.

Plano Municipal de Educação (PME)

O Plano Municipal de Educação é um documento orientador, com força de lei, que define as prioridades da educação municipal no prazo de dez anos. O objetivo do PME é definir estratégias para melhorar a qualidade da educação municipal, definindo metas a serem alcançadas no período. Parte-se na análise da realidade e são projetadas estratégias para transformá-la. É um dos mecanismos utilizados para zelar pela continuidade das políticas educacionais. Como salienta Bordignon (2009):

O plano municipal de educação é o instrumento de gestão para tornar efetiva a cidadania e a sociedade preconizada nas bases e diretrizes do Sistema Municipal de Educação. Quando o município não tem plano fica à mercê de ações episódicas que, mesmo planejadas caso a caso, representam improvisações. Sem plano municipal não há visão de Estado nas ações, não há caminho a percorrer, mas apenas passos ao sabor das circunstâncias de cada Governo (p. 92).

A liderança no processo de elaboração do PME é das Secretarias de Educação Municipais, em conjunto com os diversos segmentos envolvidos com o processo educacional no município. Podem fazer parte dessa construção o Poder Legislativo, o Poder Executivo e os representantes dos Conselhos Educacionais: Conselho Municipal de Educação, Conselhos Escolares, Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), dentre outros existentes no município.

Os municípios poderão optar, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica (Parágrafo único do art. 11 da LDBEN/96), sendo de sua responsabilidade esta decisão.

A maioria dos municípios pesquisados não tem (48%) ou está construindo (7%) o Sistema Municipal de Ensino. Verifica-se, com isso, a dependência do município em relação ao Sistema Estadual.

Boa parte dos municípios estudados não possui Plano Municipal de Educação (28%) ou está em processo de construção (27%). Dos 41% dos PMEs existentes (5% sendo reformulado), 84% são regulamentados por lei.

A pesquisa aponta que 17% dos municípios possuem PME e Sistema Municipal de Ensino, demonstrando que ainda estão em fase de organização e planejamento da educação municipal.

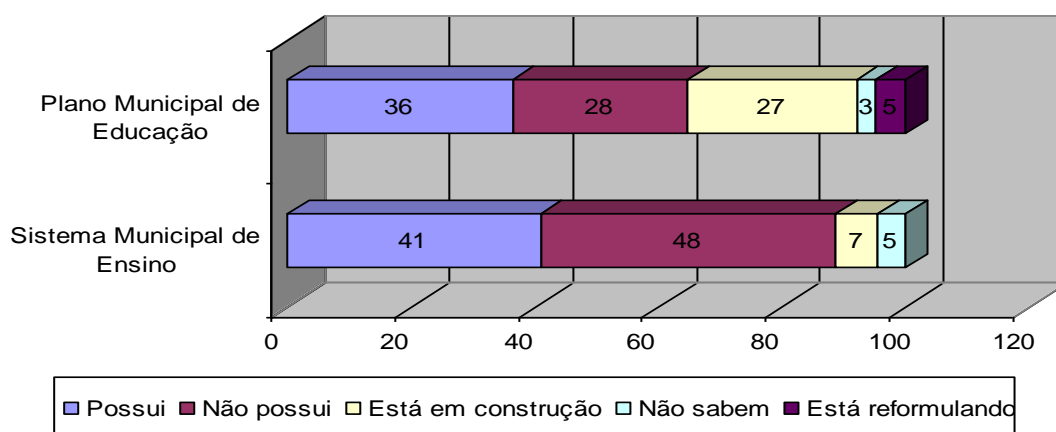


Gráfico 2: Existência de Sistema Municipal de Ensino (SME) e Plano Municipal de Educação (PME) no município

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE – 2010

Houve uma evolução na regulamentação dos PME, principalmente a partir de 2007. Observam-se períodos de pico e de baixa. Parte dos entrevistados não soube (18%) informar o ano da regulamentação.

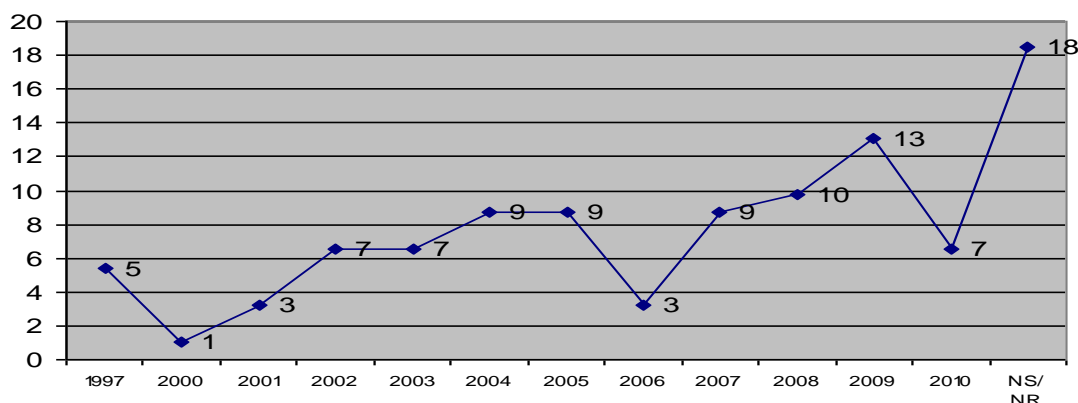


Gráfico 3 – Ano de regulamentação do Plano Municipal de Educação (PME) (%)

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE – 2010

Para a elaboração dos PMEs, foram utilizadas como estratégias: a participação da equipe técnica da Secretaria (83%), em alguns casos, com suporte de uma consultoria externa (40%). Para a construção do plano, foi realizado um diagnóstico da educação municipal em 83% dos municípios e levadas em consideração informações advindas de reuniões com as escolas urbanas (83%) e rurais (80%).

Outras estratégias foram: a participação de uma equipe específica para mobilizar a sociedade (73%), a realização de conferências municipais de educação (60%) e audiências públicas (44%). Verifica-se que uma parte significativa (17%) dos municípios não utiliza sua

análise da realidade (diagnóstico) na construção do PME, correndo o risco de um plano fora do contexto e especificidades locais.

Tabela 1: Estratégias utilizadas para a elaboração do PME*

Estratégia	Freq.	%
Elaboração feita pela equipe técnica da Secretaria	151	83
Reuniões com as escolas urbanas	151	83
Elaboração de diagnóstico da educação municipal	151	83
Reuniões com as escolas rurais	144	80
Formação de Equipe para mobilizar a participação da sociedade	132	73
Realização de conferências municipais de educação	109	60
Audiências públicas	80	44
Contratação de consultoria externa	72	40
Outros (Assessoria do governo do estado, Apoio do CME)	2	1

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE – 2010

* Essa questão foi estimulada e de múltipla resposta

Dentre os segmentos que participaram ou estão participando da elaboração do PME, a comunidade escolar: diretores e professores (91%), pais de alunos (86%) e alunos (78%). Além destes, o Conselho do Fundeb (83%), o CME (75%), o Conselho Tutelar (69%) e o Conselho de Segurança Alimentar (55%) estão participando ou estiveram presentes na elaboração do PME.

Tabela 2: Segmentos que participaram ou estão participando da elaboração do PME*

Segmentos	Freq.	%
Diretores	165	91
Professores	164	91
Pais de alunos	155	86
Conselho do FUNDEB	151	83
Alunos	141	78
Conselhos municipais de educação	135	75
Câmaras municipais	129	71
Conselhos tutelares	124	69
Conselhos de segurança alimentar	99	55
Sindicato dos Professores	99	55
Escolas conveniadas	88	49
Sindicatos dos servidores públicos municipais	84	46
Organizações não governamentais	75	41
Sindicatos dos trabalhadores rurais	73	40
Escolas privadas	71	39
Estabelecimentos de ensino superior	43	24
Outros (representantes da igreja católica, do poder executivo, conselhos de alimentação escolar)	4	2

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE – 2010

* Essa questão foi estimulada e de múltipla resposta

Outros espaços institucionais e de organização como Câmara Municipal (71%), Sindicato dos Professores (55%), escolas conveniadas (49%), Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (46%), organizações não governamentais (41%), Sindicato dos trabalhadores Rurais (40%), escolas privadas (39%) e estabelecimentos de ensino superior (24%) têm participação nos PME elaborados/em elaboração.

Com os dados apresentados verifica-se que os PMEs, em sua maioria, são elaborados pelas instâncias mais diretamente vinculadas à educação municipal. No entanto, segmentos fundamentais, como a comunidade escolar, não participaram da elaboração de todos os PMEs.

Entre as principais medidas utilizadas pelas secretarias de educação no sentido de acompanhar a implantação do PME, estão: as reuniões com diretores (73%), professores (69%), com a equipe de mobilização (62%) e com o CME (61%). Além de reuniões, a SME monitora a execução das metas (64%), promove conferências municipais de educação (43%), fóruns de discussão (31%) e realiza audiências públicas (24%).

O Projeto político pedagógico (PPP)

O PPP tem na sua origem o propósito de traduzir as necessidades de mudanças e onde se pretende chegar na/com a escola, mediante definições de um conjunto de procedimentos que possibilitem o alcance dos seus objetivos sócio-educacionais.

O compromisso com a implantação de um PPP implica aquilo a que os teóricos da qualidade têm chamado de mudança cultural. Em outras palavras, trata-se de fortalecer valores compartilhados, de vivenciá-los, dia-a-dia e de renová-los em grupo.

O PPP compreende uma forma de planejamento que situa a escola em um contexto social mais amplo, reconhecendo que o processo de aprendizagem extrapola o pedagógico.

Para Kramer (2006), todo projeto político pedagógico é fundamentalmente um trabalho de opção, de decisão política, a que se subordinam objetivos, estratégias, recursos. Optar pelo caminho a seguir implica reconhecer as possibilidades e os limites das opções.

Essa decisão política tem repercussão tanto no processo de construção como na implementação de um PPP. O PPP é um planejamento institucional que envolve a organização em todos os aspectos e os que dela fazem parte. O olhar sobre o futuro só é possível com a clareza de concepções e compreensões sobre o fazer no universo da escola.

O PPP é político e, portanto, considera a organização como um todo: sua razão de existir; demanda e contribuição social, seu fazer social, atuando na manutenção ou superação das desigualdades.

O projeto pedagógico tem duas dimensões, como explicam André e Veiga: a política e a pedagógica. Ele "é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade", e é pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo" (2001, p. 13). Essa última é a dimensão que trata de definir as ações educativas da escola, visando à efetivação de seus propósitos e sua intencionalidade.

Para Kramer (2006), a questão central de qualquer projeto educacional é atuar contra a desigualdade, reconhecendo as diferenças.

O PPP é pedagógico, compreendendo todas as relações, princípios e valores trabalhados e adotados na instituição. O PPP organiza o trabalho pedagógico em dois níveis: o da escola como um todo, sem perder de vista sua relação com o contexto social imediato; e, em particular, na sala de aula, em sua dinâmica, incluindo as ações do(a) professor(a).

Para Veiga (2001, p. 11), a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar características tais como: a) ser processo participativo de decisões; b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; c) explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; d) conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

A pesquisa apontou que nos municípios com Projeto Político Pedagógico (PPP) implantado nas escolas, há predominância de até 40% das escolas, por município, com PPP (40% dos municípios). Mesmo com toda a discussão sobre a gestão democrática e planejamento participativo, esse processo, nos municípios que apresentam baixos indicadores educacionais, ainda é baixo. Em 12% dos municípios, têm PPP em mais de 60% das escolas e em 17% dos municípios as escolas não têm PPP. Esses dados revelam uma proporção representativa de municípios sem o uso de um instrumento de planejamento da escola, essencial ao aprimoramento da qualidade e da gestão.

Tabela 3: Proporção de escolas nos municípios com PPP implantado

Proporção de escolas por município	No. de municípios	% de municípios
0% das escolas	45	17
0 - 20% das escolas	67	25
20 - 40% das escolas	39	15
40 - 60% das escolas	19	7
60 - 80% das escolas	17	6
80 - 100% das escolas	16	6
Não sabe/não respondeu	61	23
TOTAL	264	100

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE – 2010

O suporte à elaboração e implantação do Projeto Político Pedagógico nas escolas é feito pela Secretaria Municipal de Educação (SME), principalmente, mediante a assessoria pedagógica às escolas (89%) no incentivo ao PPP das escolas, capacitando os coordenadores pedagógicos das escolas (78%) e promovendo encontros para divulgação das experiências (77%). No entanto, 3% dos secretários afirmaram que não dão suporte às escolas neste aspecto.

Tabela 4: Forma de incentivo da Secretaria Municipal de Educação sobre o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico das escolas*

Forma de incentivo	Freq.	%
Presta assessoria pedagógica às escolas	236	89
Capacita os coordenadores pedagógicos das escolas	207	78
Promove encontros de divulgação das experiências	202	77
Nenhuma / nada	9	3

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE – 2010

* Essa questão estimulada e de múltipla resposta

O acompanhamento da execução dos PPPs das escolas pela SME* é feito por meio da equipe de supervisão (76%), de encontros pedagógicos (71%) e pela análise dos resultados (comparando o que estava previsto) – 65%.

Observa-se a presença da equipe pedagógica no suporte aos PPPs. No entanto, ainda há municípios em que a SME não tem uma estrutura de suporte ao planejamento da escola.

Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola)

A proposta do PDE-Escola tem como foco central as escolas com baixo IDEB em 2005 e 2007. Visa melhorar as condições identificadas como essenciais pela Unidade Gestora da Escola, mediante o apoio a implantação de um planejamento estratégico da escola. O PDE-Escola auxilia as equipes a trabalhar com os mesmos objetivos e em busca de resultados

comuns, reconhecendo que os ambientes sociais estão em constante mudança. Estão inclusos no apoio, o financiamento de infraestrutura, equipamentos, materiais didáticos, eventos formativos e informativos, cujas necessidades forem identificadas localmente.

Quadro 1 – Escolas Públicas consideradas público-alvo do PDE-Escola

Escolas	Ano do IDEB	Anos iniciais	Anos finais	Prioridade
Públicas municipais e estaduais	2005	IDEB até 2,7	IDEB até 2,8	Prioritárias (A)
	2007	IDEB até 3,0	IDEB até 2,8	Não prioritárias (B e C)
	2007	IDEB < 4,2	IDEB < 3,8	

Fonte: Adaptado do documento PDE-Escola: perguntas e respostas. MEC.

Mais de 50% dos municípios pesquisados têm escolas públicas prioritárias (A). Dos 97% dos municípios que aderiram ao PDE-Escola, na maioria (69%), o PDE-Escola foi implantado em até 5 escolas e em 20% dos municípios em de 6 a 10 escolas. Em um município que aderiu ao programa, ainda não foi implantado.

Tabela 5: Número de escolas municipais que já implantaram o PDE-Escola

Número de escolas	Freq.	%
0 escolas	1	0
1 a 5 escolas	177	69
6 a 10 escolas	51	20
11 a 15 escolas	14	6
Mais de 15 escolas	8	3
Não sabe/Não respondeu	5	2
TOTAL	256	100

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE - 2010

Calculado a partir dos 97% dos municípios que aderiram ao PDE-Escola.

Para estimular a adesão das escolas ao PDE-Escola, a Secretaria* tem investido na: Capacitação das equipes escolares sob a metodologia do PDE – Escola (82%), Divulgação do programa (81%) e Capacitação das equipes escolares sobre a elaboração do Plano de Aplicação do PDE – Escola (79%).

O acompanhamento da execução do PDE-Escola pela SME tem sido, principalmente, por meio de reuniões com diretores (64%), pela análise das prestações de contas das escolas (44%) e pela internet/SIMEC (33%) e mediante visitas de técnicos da secretaria (3%). Parte das secretarias (3%) afirmou não acompanhar a execução desse programa.

É possível perceber que a dinâmica de implantação do PDE-Escola tem influenciado na gestão da escola, com o preparo da equipe na definição de prioridade e uso dos recursos.

Investimentos municipais na melhoria das condições da escola

Todos os municípios pesquisados realizaram algum tipo de investimento na infraestrutura das escolas nos últimos anos, sendo predominante a reforma de escolas na área urbana (88% dos municípios) e na área rural (85%), de instalações sanitárias (76%), cozinhas (60%), creches (55%) e instalações de salas de informática nas escolas (55%).

Os municípios também construíram rampas de acesso para pessoas com deficiência (65%), salas de informática nas escolas (44%), escolas na área rural (28%), instalações sanitárias (27%), áreas verdes (24%) e escolas na área urbana (23%).

Tabela 6: Investimentos realizados na infraestrutura das escolas nos últimos dois anos

Respostas		%
Escolas na área urbana	Reforma	88
	Construção	23
Escolas na área Rural	Reforma	85
	Construção	28
Creche	Reforma	55
	Construção	13
Rampas de acesso para pessoas com deficiência	Construção	16
	Reforma	65
Parque infantil	Reforma	8
	Construção	10
Salas de informática	Reforma	55
	Construção	44
Laboratório de Ciências	Reforma	7
	Construção	2
Quadra de esporte	Reforma	21
	Construção	19
Áreas verdes	Reforma	10
	Construção	24
Refeitórios (para alunos)	Reforma	15
	Construção	9
Cozinha	Reforma	60
	Construção	14
Instalações sanitárias	Reforma	76
	Construção	27

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE – 2010

As mudanças observadas dizem respeito ao atendimento mínimo à demanda por vagas nos municípios. Verifica-se a introdução, em pequena escala, de outros aspectos que qualificam um pouco mais o ambiente escolar, tais como quadras de esporte, refeitórios, áreas verdes, parques infantis e laboratório de ciências.

Outros itens do funcionamento da escola também passaram por mudanças nos últimos dois anos, como é o caso das instalações elétricas, (90% dos municípios), mobiliário para salas de aula (87%), abastecimento de água (83%), acesso à internet – 74%, segurança (68%), mobiliário para salas de professores (64%), para alunos canhotos (37%) e para educação especial (36%).

Tabela 7: Investimentos da SME na infraestrutura das escolas nos últimos dois anos

Investimentos	Freq.	%
Instalações elétricas	237	90
Mobiliário para salas de aula	230	87
Abastecimento de água	220	83
Acesso à internet (nas escolas)	196	74
Investimento em segurança na escola	179	68
Mobiliário para salas de professores	168	64
Mobiliário para alunos canhotos	98	37
Mobiliário para educação especial	96	36
Outros (transporte escolar, climatização nas salas)	2	1

Fonte: Pesquisa Avaliação do PAR – MEC/Fundaj/CGEE – 2010

5 Considerações

O planejamento da educação no Brasil teve mudanças significativas nas últimas décadas, com contribuições fundamentais do Plano Nacional de Educação (2001), e mais recentemente do Plano de Ações Articuladas, que reúne algumas características básicas essenciais ao aprimoramento da qualidade educacional, dentre eles: a definição de dimensões e indicadores que possibilitam a avaliação dos padrões de qualidade da escola, do município e do estado, e com isso, a tomada de decisões pautadas em um contexto real e concreto.

Um dos aspectos essenciais desse processo, o planejamento educacional, tem, na atualidade instrumentos que dão maior visibilidade ao trabalho desenvolvido na escola e no município.

No âmbito municipal, o Plano Municipal de Educação e o Sistema Municipal de Ensino evidenciam o grau de autonomia e organização em que o município se encontra. Nos municípios com baixo IDEB no nordeste do Brasil, 17% possuem os dois instrumentos, o que pode significar que pequenas intervenções nesses municípios podem gerar mudanças significativas. Existe a possibilidade de o PAR ter propiciado a oportunidade de alguns dos municípios perceberem sua realidade, especificidades e necessidades de forma mais organizada e sistematizada, apoiando na identificação de demandas mais contextualizadas.

No âmbito escolar, o PPP dá visibilidade a proposta política e pedagógica da escola, reunindo os anseios de toda a comunidade escolar. Seu uso é essencial para que seja feita uma gestão participativa e pautada em uma realidade. Ainda é baixo o número de escolas com PPP nos municípios de baixo IDEB. Algumas, mesmo sem o PPP, aderiram ao PDE-Escola que se diferencia por sua sistemática na construção e gestão e ter financiamento de parte das ações. Nos municípios pesquisados, o PDE-Escola tem contribuído para uma mudança na infraestrutura escolar, na qualidade dos equipamentos e na qualificação de pessoal.

O planejamento da educação municipal tem papel fundamental na melhoria dos indicadores educacionais. Nos municípios com baixo IDEB do Nordeste, foram observadas mudanças, mas reúnem ainda, grandes desafios tanto no âmbito municipal como escolar.

Referências

ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In: Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs.). **Ensinar a Ensinar**. São Paulo, 2001.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. PDE-ESCOLA Perguntas e respostas. Secretaria de educação básica. Documento em PDF. Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=447&id=219&option=com_content&view=article. Acesso em 25/11/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*. Razões, Princípios e Programas. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações Gerais para elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.

BRASIL. Presidência da República. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília. IPEA. 2010

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A qualidade da educação básica e a gestão da escola *in*: Política educacional: gestão e qualidade do ensino/ Magna França e Maura Costa Bezerra (orgs.) ... [et all]. – Brasília: Líber livro, 2009.

INEP. PISA 2000 Relatório Nacional. Brasília. 2001. mimeo. 89 pág.

KRAMER, Sônia. Direitos da criança e o projeto político pedagógico de educação infantil. In: BASÍLIO, Luis Cavalieri. **Infância, educação e direitos humanos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2006. p 51-82.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.